

Vol VII, núm. 1, jan-jun, 2023, pág. 10-33

GÊNERO E A PEDAGOGIA FEMINISTA NO DOCUMENTOS CURRICULARES E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO AMAZONENSE

GENDER AND FEMINIST PEDAGOGY IN CURRICULUM DOCUMENTS AND ITS IMPLICATIONS IN AMAZON EDUCATION.

Rozane Alonso Alves
Karoline Ribeiro Rabelo

Resumo: A proposta deste excerto visa analisar os documentos curriculares (PNE, PEE, BNCC) e suas implicações nas discussões sobre gênero a partir dos elementos teóricos e epistemológicos produzidos pela Pedagogia Feminista no contexto da educação básica no Estado do Amazonas. Para tanto optou-se pela pesquisa qualitativa de Rey (2005), uma vez que esta abordagem metodológica “[...] representa um processo permanente, dentro do qual se definem e se redefinem constantemente todas as decisões e opções metodológicas no decorrer do próprio processo de pesquisa” (REY, 2005, p. 81). Os instrumentos para a produção de dados se apropriam do uso da análise documental e revisão bibliográfica. No caso da revisão bibliográfica, sua utilização auxilia na revisão conceitual e teórico acerca do tema estudado. Já o uso da análise documental nos possibilitará a compreensão das políticas públicas voltadas para a implantação e implementação das políticas curriculares que se inserem no contexto da educação básica (pública) no Estado do Amazonas. As políticas curriculares têm diversos mecanismos que podem ser ressignificados no contexto de sala de aula. No entanto, tais políticas fortificam um debate sobre as problemáticas, seja como evidenciação e/ou tentativa de silenciamento das diferenças que envolvem as questões de gênero e sexualidade na educação. Ainda que dentro dos documentos analisados, a conceituação de gênero é construída sob égide da exclusão. Não havendo, em seu processo de implantação e implementação evidências de subalternização no contexto de prática docente.

Palavras-Chave: Políticas Curriculares. Pedagogia Feminista. Gênero. Estado do Amazonas

Abstract: The purpose of this excerpt is to analyze the curricular documents (PNE, PEE, BNCC) and their implications in discussions about gender from the theoretical and epistemological elements produced by Feminist Pedagogy in the context of basic education in the State of Amazonas. Therefore, Rey's (2005) qualitative research was chosen, since this methodological approach “[...] represents a permanent process, within which all decisions and methodological options are constantly defined and redefined during the course of the process itself. research process” (REY, 2005, p. 81). The instruments for the production of data appropriate the use of document analysis and literature review. In the case of the bibliographic review, its use helps in the conceptual and theoretical review about the subject studied. The use of document analysis will allow us to understand public policies aimed at the implementation and implementation of curricular policies that are inserted in the context of basic (public) education in the State of Amazonas. Curriculum policies have several mechanisms that can be re-signified in the classroom context. However, such policies fortify a debate on the issues, either as a disclosure and/or an attempt to silence the differences that involve gender and sexuality issues in education. Although

within the analyzed documents, the concept of gender is built under the aegis of exclusion. In its implementation and implementation process, there is no evidence of subordination in the context of teaching practice.

Keywords: Curriculum Policies. Feminist Pedagogy. Genre. state of Amazonas

Palavras Iniciais

O trabalho que ora se apresenta neste excerto faz parte dos resultados finais apresentados no Projeto de Iniciação Científica intitulado: *Questões de Gênero e as Pedagogias Feministas nas políticas curriculares educacionais no Estado do Amazonas – AM*. Contou com o financiamento via Fundação de Amparo a Pesquisa no Estado do Amazonas – FAPEAM. Foi desenvolvido durante os anos de 2021 a 2022.

O projeto que resultou na produção dos dados e análise problematizados ao longo do escopo deste trabalho se constituiu de: *Analisar os documentos curriculares (PNE, PEE, BNCC) e suas implicações nas discussões sobre gênero a partir dos elementos teóricos e epistemológicos produzidos pela Pedagogia Feminista no contexto da educação básica no Estado do Amazonas – AM*.

Iniciamos discutindo e situando o leitor sobre o campo dos estudos denominado de Estudos Feministas e, posteriormente, as discussões sobre gênero, sexualidade e Políticas Públicas voltadas para a temática em questão. Assim, os estudos feministas buscam, desprender-se das correntes e amarras que calaram, feriram, torturam e mataram milhares de mulheres no decorrer da história e produção da masculinidade.

O processo de ressignificação feita pelo movimento feminista ajudou a integrar esse conceito dentro de um diálogo mais abrangente, sendo utilizado a fim de compreender melhor a complexidade do termo. “O conceito de gênero pretendia-se romper a equação na qual a colagem de um determinado gênero a um sexo antagônico que lhe seria “naturalmente” correspondente resultava em diferenças inatas e essenciais, para argumentar que diferenças e desigualdades entre mulheres e homens eram social e culturalmente construídas e não biologicamente determinadas” (MEYER, 2003, p. 17).

Essa construção se firmou ao longo dos anos de maneira tão profunda na sociedade que é possível ver mulheres reproduzindo mensagens de inferioridade e subalternidade

(LOURO, 1995). Dentro disso, é necessário falar e discutir sobre isso, é uma obrigação social devido aos diversos aspectos que tornam todos os indivíduos, na sua própria maneira, diferentes uns dos outros. E mesmo que algumas dessas peculiaridades sejam maiores que outras, o ensino sobre respeito e aceitação do que é diferente é uma obrigação social. Já que o preconceito fere, deprime e mata.

Para Silva (2017, p. 93) “as análises feministas mais recentes enfatizam, de forma crescente, que o mundo social está feito de acordo com os interesses e as formas masculinas de pensamento e conhecimento”. É preciso produzir descolamentos que permita a inserção das discussões de gênero no currículo tendo como base as pedagogias feministas que buscam, constantemente, transformar o conhecimento produzido pelo patriarcado e realizar diálogos pedagógicos voltados aos interesses das mulheres como experiência formativa, produzindo novas epistemologias no contexto de sala de aula.

O currículo é, entre outras coisas, um artefato de gênero: um artefato que, ao mesmo tempo, corporifica e produz relações de gênero. Uma perspectiva crítica do currículo que deixasse de examinar essa dimensão do currículo constituiria uma perspectiva bastante parcial e limitada desse artefato que é o currículo. (SILVA, 2017, p. 97). O processo educativo por si só deveria garantir que essas especificações fossem abordadas, discutidas e relacionadas com a realidade. Várias teorias atuais com pensadores contemporâneos explicam e traduzem esquemas referentes à sexualidade que até então eram desconhecidos ou pouco abordados por causar polêmica, o que fica escondido por debaixo dos panos acaba se revelando e chocando muitos que vivem em uma realidade própria e acabando por não aceitar o diferente ou o novo.

Assim, este artigo visa abordar uma análise dos documentos curriculares que se inserem no Estado de Amazonas – AM, buscando refletir sobre impactos e os elementos históricos que se articulam na implantação e implementação do Plano Nacional de Educação – PNE, ramificando-se para o Plano Estadual de Educação – PEE, bem como as implicações educacionais da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, nas discussões sobre gênero a partir dos elementos teóricos e epistemológicos produzidos pela Pedagogia Feminista no contexto da educação básica. Para dar conta das discussões

sobre gênero. Currículo e Pedagogia feminista busca-se apoio teórico em: Louro (1995; 1997), Silva (2017) Butler (2008), Rolnik (1996), entre outros.

Para tanto, nos questionamos, a partir das indagações já elencadas por Silva (2017): Como o currículo está implicado na formação do discurso e na produção da masculinidade presentes nas narrativas das políticas curriculares? Que conexões podem ser realizadas entre o discurso da masculinidade e as formas de violência, controle e domínio do corpo feminino nas políticas curriculares presentes no Estado do Amazonas? Em que medida os estudos da Pedagogia Feminista colaboram com ressignificação do currículo para as questões de gênero?

Tais questionamentos nos coloca em suspensão a necessidade de olhar teoricamente para as políticas públicas educacionais, mais especificamente, para a Base Nacional Comum Curricular, Plano Nacional de Educação e, de maneira mais direta para o Plano Estadual de Educação do Estado do Amazonas, lócus de pesquisa deste trabalho.

De maneira mais restrita, apresentamos como elemento de produção e análise dos dados deste trabalho a metodologia empregada. Assim, a proposta metodológica que compõe este projeto de pesquisa está pautada na abordagem qualitativa. Quanto a pesquisa qualitativa, Rey afirma que esta abordagem metodológica “[...] representa um processo permanente, dentro do qual se definem e se redefinem constantemente todas as decisões e opções metodológicas no decorrer do próprio processo de pesquisa” (REY, 2005, p. 81).

Os instrumentos para a produção de dados se apropriam do uso da análise documental e revisão bibliográfica. No caso da revisão bibliográfica, sua utilização auxilia na revisão conceitual e teórico acerca do tema estudado. Já o uso da análise documental nos possibilitará a compreensão das políticas públicas voltadas para a implantação e implementação das políticas curriculares que se inserem no contexto da educação básica (pública) no Estado do Amazonas.

Esses documentos darão densidade nas análises produzidas nesta pesquisa. Segundo Ludke (1986, p.39) a análise documental permite que seja “retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Não são apenas fonte de

informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre o mesmo contexto”.

Para Ludke (1986) Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte "natural" de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto.

Análise do discurso de gênero e sexualidade

Os desafios de se falar sobre as questões de gênero e sexualidade (preconceito, discriminação, papel social, entre outros) são elemento que este projeto busca discorrer ao longo deste relatório. É importante ressaltar que tais discussões estão articuladas ao papel do movimento feminista na consolidação e ressignificação do lugar que ocupa a mulher (seu corpo, sua identidade, entre outros) na sociedade. Sendo um assunto marcado por lutas sociais e acadêmicas, essas que se iniciaram com o movimento feminista, atrelando-se a diversas pautas políticas, sociais, econômicas e de caráter significativo da mulher na sociedade, Kergoat (2009) traz uma exemplificação na sua fala:

a relação entre os grupos assim definidos é antagônica; as diferenças constatadas entre as práticas dos homens e das mulheres são construções sociais, e não provenientes de uma causalidade biológica; esta construção social tem uma base material e não é unicamente ideológica em outros termos, a “mudança de mentalidades” jamais acontecerá espontaneamente se estiver desconectada da divisão de trabalho concreta - podemos fazer uma abordagem histórica e periodizá-la; estas relações sociais se baseiam antes de tudo em uma relação hierárquica entre os sexos, trata-se de uma relação de poder, de dominação. (KERGOAT, 2009, p. 71).

Considerações essas que marcaram toda uma geração devido a sua importância em todos os setores, a compreensão do que entendemos como gênero, sexualidade, identidade sexual e cultural, são fatores que atuam de forma significativa para o entendimento da própria sociedade a qual somos inseridos.

Dentro do contexto social vigente, muito se tem pensado acerca das inclusões e

debates de temas que tratem das questões de gênero, sexualidade, identidade, direitos humanos, papéis sociais e problemáticas como machismo, homofobia e preconceito. Com essa preocupação em vigor, principalmente no período de 1980, com a então consolidação da Constituição Federal de 1988 e as reformas educacionais que sucederam esse momento.

Com isso, é possível fazer um levantamento histórico acerca das políticas curriculares e como essas tem impactado o contexto social e educacional com uma visão mais amplificada o que compreendemos como a expressão de costumes e valores, nessa perspectiva, entende-se, de acordo com as autoras Vianna e Unberhaum (2004):

O desafio de compreender a lógica do conteúdo de gênero nesses documentos exige dois movimentos analíticos: um deles, voltado para o exame dos referidos documentos na perspectiva dos direitos e da construção da cidadania, não necessariamente da referência explícita à expressão gênero; o outro, dirigido à ideia abstrata de cidadania contida nos documentos, mas tomando a normatização neles prevista como expressão não só da permanência de costumes e formas de controle de um determinado momento histórico, mas também de propósitos que procuram dar novos significados à prática social. (VIANNA; UNBERHAUM, 2004, p. 81).

Esse posicionamento, muito se firmou com a redemocratização do país, em decorrência do regime militar que antecedeu esse momento e conseqüentemente impactou de diversas formas o modo de vida social e educacional, proporcionando uma necessidade de mudanças que permeasse entre os novos anseios constitucionais que visassem a democracia, direitos civis e sociais. Com isso, um amplo debate, iniciado com a Constituição Federal de 1988, incitou o surgimento, dentre as diversas transformações históricas do que se define dentro do contexto das políticas curriculares educacionais, como as redefinições do papel do Estado, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no ano de 1996.

Ainda que esta por sua vez, traga questões acerca da liberdade, direito a educação para todos e a integridade do indivíduo, independente da forma que se expressa, mesmo que haja problematizações que ainda estão longe de serem resolvidas já que se sabe, que as normas sociais foram sendo desenvolvidas e produzidas ao longos séculos sempre em

benefício de uma classe social dominante, como as crenças religiosas oriundas da Idade Média, e a visão de subjugação feminina que se deu em partes, em decorrência desse poder que a igreja tinha.

Também é possível compreender sobre a fragilidade feminina, característica tida como biológica da mulher e a superioridade masculina que ainda hoje detém raízes profundas dentro da sociedade contemporânea. Todos esses aspectos sociais foram construídos social-cultural-historicamente, baseando-se em ideologias de dominância que subjugam os que são considerados diferentes.

Discutir sobre o processo de construção e ressignificação das identidades voltadas a orientação sexual, sexualidade e gênero, nos possibilita revisitar elementos que compõem os debates acerca de gênero e sexualidade, ainda é possível encontrar diversas controversas instigantes sobre o que podemos considerar dentro de uma discussão. No entanto, muito antes de compreender o que é gênero e sexualidade, parte-se do princípio de compreender o que o ser humano compreende como identidade.

Os processos sociais e culturais de uma determinada sociedade muito se caracterizam pelas relações de poder e relações sociais que são apresentadas constantemente a todo e quaisquer indivíduos que são inseridos nessa mesma sociedade, tendo assim, em grande parte, uma reprodução massiva das representações do que cada sociedade compreende como o correto e aceitável. Trazendo assim, os papéis sociais e as identidades culturais.

No contexto de compreensão de identidade, ainda mais trabalhando com uma perspectiva feminista, Judith Butler, traz posicionamentos significativos sobre o que se entende de identidade e como esta está inteiramente ligada com questões políticas do ser humano. Num debate de compreensão histórica acerca de identidade, um dos vieses de pensamento da corrente feminista e a análise do papel de performasse a qual toda mulher deve se submeter, em uma exemplificação, dentro do contexto heterossexual, estabelece-se uma relação de hierarquia sobre os sexos, e a identidade da mulher é formada a partir dessa perspectiva, conseqüentemente, o que não se enquadra nesse modelo apresentado, acaba por ser rechaçado.

Com isso, Butler afirma que “a identidade do sujeito feminista não deve ser o fundamento da política feminista, pois a formação do sujeito ocorre no interior de um campo de poder sistematicamente encoberto pela afirmação desse fundamento”. (BUTLER, 2003, p. 23). Para Silva (2007), identidade:

Não é uma essência, não é um dado ou fato – seja, da natureza, seja da cultura. Não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. Tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Podemos dizer que é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. É instável, contraditória, fragmentada, inconsciente, inacabada. Está ligada a sistemas de representação, tem estreitas conexões com as relações de poder (SILVA, 2007, p.97).

Conforme o autor apresenta, dentro da própria conceituação de identidade podemos notar que essa construção não é feita de forma automática, o indivíduo sozinho não tem capacidade para ressignificar todos os pontos significativos da construção da sua identidade sem os fatores de influência que podem ser considerados em diversos núcleos, social, cultural, familiar, religioso, institucionais. Cada um com sua carga de influência traz determinantes significativos dentro da elaboração de características da identidade cultural de cada indivíduo.

As discussões sobre gênero, que tem seu próprio conceito constituído de maneira recente no âmbito social e acadêmico pois sua discussão aparece em 1955 a partir de John Money quando o mesmo propôs trazer elementos sobre os aspectos sociais do sexo. (SILVA, 2017, p.87).

Conforme compreendemos a identidade como um elemento formado pelos aspectos construídos culturalmente, que se desenvolvem com influências sociais e culturais, passamos então a pensar sobre o conceito de gênero, a partir do movimento feminista para a compreensão das relações de opressões sofridas pelas mulheres.

Esse movimento contou com a abordagem de aborda diversas questões sociais de importância significativa, não tendo especificamente um termo concreto, já que esse, por sua vez, agrega um movimento que não se restringe em um só, e que passa por transformações de acordo com o contexto social a qual está inserido. Trabalhando, no entanto, com a finalidade igualdade social, econômica, sexual, culturais, de raça e etnia.

As considerações apresentadas acerca do feminismo e suas lutas são importantes, primeiramente para a compreensão do meio social a qual homens e mulheres estão inseridos e como essa relação se dá, considerando as diversas problemáticas que agregam essa convivência baseada em uma relação de poder sistematizada e voltada para o patriarcal, desconsiderando ideia de igualdade e acarretando em uma sociedade que mata, estupra e culpabiliza a mulher. Essa relação de poder é vista e exemplificada nos postos de trabalho, nas ruas, dentro de casa, na política e no cotidiano dentro dos discursos.

Ao afirmar que o sexo é político, pois contém também as relações de poder, o feminismo rompe os modelos políticos tradicionais, que contribuíam com uma neutralidade ao espaço individual e que define como política unicamente a esfera pública, objetiva. Desta forma, o discurso feminista, ao apontar para os aspectos emocionais da consciência, revela as laços existentes entre as relações interpessoais e a organização política pública (ALVES; PITANGUY, 1981, p.85).

Sendo um assunto marcado por lutas sociais e acadêmicas, traz-se o movimento feminista como um dos elementos que consolidaram o debate acerca, pioneiramente, do papel feminino e seus direitos. Contando com movimentações que se separam em três ondas, o movimento feminista se inicia com a revolução francesa, essa que por sua vez contou com diversas mudanças sociais e políticas em busca de direito, que, no entanto, não incluíam as mulheres, passando assim a trazer questionamentos e posicionamentos que visassem os direitos e a cidadania da mulher.

Dessa forma, os debates acerca do direito ao voto, se tornaram bastante significativos, no entanto, não atuando em nome de todas as mulheres, aumentando o movimento para lutas operárias, condições dignas de trabalho, salário e direitos humanos. Passando a ganhar mais visibilidade com as Sufragistas na Inglaterra, que contava com nomes como o da Olympe de Gouges (1748-1793) e Mary Wollstonecraft (1759-1797), onde abordavam assuntos, como a emancipação feminina, democracia e direitos das mulheres.

A segunda onda do feminismo teve consigo o impacto do fim de uma guerra, onde novas pautas se voltam acerca da violência que sofriam e abordavam a realidade e uma

esfera social e doméstica, e novamente Butler entra com as construções de gênero por meio das relações sociais que são construídas. A sexualidade, liberdade, construção social e estruturações sexistas entram em pauta, nesse período.

Já que, o que era tido como naturalmente correto e biológico era a fragilidade e subjugação da mulher perante a força e soberania masculina em praticamente todos os espaços sociais possíveis, trazendo então uma nova forma de conceituação para gênero, que não necessariamente se detém às questões biológicas, tão fortemente defendidas, mas a construção cultural do que se entende por gênero e sexualidade.

A ter uma desnaturalização do gênero ligado ao sexo um dado da natureza, mas que por fim, acaba por ser um dado constituído pela cultura. Dessa forma, de acordo com Colling (2018) gênero passa a ser uma categoria, que pode ser utilizada para análise das relações, muitas vezes assimétricas entre homens e mulheres, e assim, também as relações socialmente impostas por conta dessa assimetria.

Na terceira onda do feminismo, há uma ressignificação do que é ser mulher, da ideia universal que é debatida e reformulada cada vez mais, já que a sociedade está numa constante estado de desconstrução e reconstrução de acordo com as necessidades sociais, já que nas outras ondas, ainda havia pautas que não englobavam todas as mulheres e todas as realidades a qual estas estavam colocadas, como podemos ver na fala:

[...] a admissão da multiplicidade de vivências das mulheres numa sociedade. A experiência das mulheres em posição de elite – brancas, educadas, burguesas ou pequeno burguesas, heterossexuais – tende a ser apresentada como a experiência de todas as mulheres. Essa crítica, que era feita [...], foi estendida ao pensamento feminista em geral por autoras vinculadas às posições mais desprivilegiadas. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.85).

Conforme compreendemos sobre as questões de gênero, principalmente ao serem constituídas histórica, social e culturalmente, se torna necessário diferenciar a sexualidade, do sexo e do gênero. Já que como foi debatido, o sexo se relaciona com as questões biológicas, o gênero com a forma na qual o indivíduo se identifica, independente do seu sexo biológico, já que como podemos compreender esse por muitas vezes se

influencia e por construções culturais que definem o sexo biológico como determinante do gênero, e pôr fim a sexualidade que se trata das práticas sexuais e como esses indivíduos acabam por se identificar relacionando-se com essas práticas.

Sexo é uma categoria que ilustra a diferença biológica entre homens e mulheres; gênero é um conceito que remete à construção cultural coletiva dos atributos de masculinidade e feminilidade; identidade de gênero é uma categoria pertinente para pensar o lugar do indivíduo no interior de uma cultura determinada; e sexualidade é um conceito contemporâneo para se refletir ao campo das práticas e sentimentos ligados à atividade sexual dos indivíduos. (GROSSI, 1995, p. 35).

Assim como as predefinições sobre o sexo e o gênero, há uma forte tensão que agrega um peso significativo acerca da sexualidade, que por muitas vezes é vista e subjugada a genialidade e proposta como algo que pode ser definido e estipulado com uma única forma de ser considerado. Dentre as mais diversas versões do correto, poder-se apresentar a heterossexualidade, que agrega o valor de reprodução e conseqüentemente um fator de dominância dentro as mais diversas formas de identificar e categorizar a sexualidade, Bearzoti (1993) traz uma definição interessante do que podemos compreender a respeito da sexualidade:

Sexualidade é energia vital instintiva direcionada para o prazer, passível de variações quantitativas e qualitativas, vinculada à homeostase, à afetividade, às relações de sociais, às fases de desenvolvimento da libido infantil, ao erotismo, à genialidade, à relação sexual, à procriação e a sublimação (BEARZOTI, 1993, p. 5)

Considerando o posicionamento apresentado pelo autor, fica claro que a ideia de sexualidade não se reduz aos papéis sociais propriamente impostas, mas sim, carrega a diversidade e a flexibilidade muito característica da subjetividade humana que não se dá em sua maioria por fatores definidos isoladamente, mas sim, de acordo com as influências externas de aculturação, assim como carrega um caráter histórico bastante significativo que vem da trajetória humana e suas transformações ao longo dos séculos.

Com isso a importância de se desmistificar o conceito estabelecido de gênero, feminilidade e masculinidade, assim como a própria sexualidade. Já que é preciso

compreender o processo social, cultural e histórico na qual o indivíduo se situa, trazendo assim uma análise ampla e significativa, não do que se compreende como estabelecido, mas sim, todo o complexo processo que agrega a subjetividade humana e suas características.

A educação, neste sentido, vem se tornando uma das principais ferramentas de combate a qualquer tipo de discriminação, preconceito e hábitos que degradem a integridade, liberdade e diversidade acaba por carregar a responsabilidade de trabalhar essa diversidade em sala de aula, trazendo assim, uma compreensão real do que se entende por gênero, sexualidade e identidade cultural. Os saberes disponibilizados com debates, demonstrações da realidade social, consciência e criticidade são fundamentais para combater as diversas correntes e amarras sociais que carregam aspectos dominantes muito significativos que afetam todo o contexto social.

No entanto, ainda que seja um assunto amplamente discutido, e de uma importância significativa, ainda é possível, em uma investigação acerca da instituição escolar a respeito às questões de gênero, muito se oculta. Considera-se, como exemplo, um aluno homossexual, sujeito a um silenciamento de suas subjetividades, peculiaridades e características, sendo até mesmo alvo de preconceitos por parte da direção ou dos colegas, o que causa, de certa forma, um padrão de normalidade que outros alunos não consigam enxergar o diferente e conseqüentemente se identificar daquela forma.

O conceito serve, assim, como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política. Ao dirigir o foco para o caráter “fundamentalmente social”, não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre essas características biológicas. [...] As justificativas para as desigualdades precisam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação. (LOURO, 2014, p. 26).

Considerando o período da escola um dos principais ao determinar diversas características formadoras do caráter humano, considerar que uma única realidade não

enquadra todos os alunos e conseqüentemente, cria uma imagem ilusória que agrega a alunos que não se encaixam nesse padrão, constroem uma perspectiva de não aceitação e conseqüentemente, entram num estado de negação e distorção que muito se liga a essa imagem socialmente construída.

A escola vem se tornando um elemento de desconstrução de paradigmas socialmente imposto, com a elaboração de, não somente, uma educação libertadora. Com características ressignificadas que abordem, de maneira direta e indireta) a diversidade como a mesma deve ser abordada, garantida por lei e amparada pela Lei de Diretrizes e Bases Nacional (LDB), a Constituição de 1988, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Uma forma de exemplificar a escola como um lugar de desconstrução social e de ressignificado sobre as problemáticas dentro da sociedade é com um projeto desenvolvido na cidade de Manaus, que trabalha com “Violência contra a mulher no contexto escolar: ações pedagógicas como instrumento de sensibilização contra o feminicídio no Estado do Amazonas/Brasil”, da mestrandia Silvana Barreiro Oriente. Dentro de uma perspectiva de diversidade, que trabalha as questões de gênero, o feminicídio é uma das diversas vertentes que são derivadas desse contexto de pesquisa que é amplo e muito significativo.

A autora traz uma perspectiva de sensibilização, com ações pedagógicas que inteiram o meio educacional com uma temática até então polemica, contextualizando o quadro de violência de gênero e trazendo medidas da Secretaria do Estado do Amazonas. A ideia de se trazer, baseado em um caso real, medidas que atrelem esse contexto com o educacional traz para o âmbito educação uma significação mais realista do contexto social como um todo. Não trazendo somente conceituações que fogem de uma realidade vivenciada em vários lares, mas compreendendo como se forma e se constrói uma sociedade que detém um alto índice de violência doméstica, assim como sendo um dos países mais perigosos para mulheres no mundo.

A elaboração de ações pedagógicas e metodológicas que tragam essa significação, assim como, atuem de forma direta no contexto social e educacional, que é possível ver até no Plano Estadual de Educação, ainda que de forma reduzida;

Construído em consonância com o Plano Nacional de Educação avalizado pelo Ministério da Educação e corroborado pelos sistemas de ensino estaduais e municipais, desenvolvendo diretrizes, metas e ações estratégicas para o atendimento educacional à diversidade étnica e multicultural da população, além de políticas específicas para a educação especial e as delineadas transversalmente voltadas para a igualdade de gênero, racial e outras diferenças. Entretanto, é preciso aprofundar o debate sobre o processo educacional que temos, que queremos e o possível, centrado na qualidade e condições que interessa ao povo amazonense. (BRASIL, 1997, p. 12).

Abrindo uma porta para uma educação que visa não somente o letramento, mas como Tomaz Tadeu da Silva (2017): “O currículo é, entre outras coisas, um artefato de gênero, um artefato que, ao mesmo tempo, corporifica e produz relações de gênero”, trazendo assim outros elementos que não visem somente o saber acadêmico, mas a conscientização social e cultural, a identidade do indivíduo, a subjetividade humana, o respeito à diversidade, a liberdade de expressão, assim como combater o preconceito, a desigualdade, a ignorância e a intolerância que provém da falta de conhecimento, empatia e respeito a subjetividade humana. Sendo a escola a responsável por trabalharmos valores, juntamente com o conhecimento necessário para conviver em sociedade, numa vertente de pedagogia feminista, notamos que:

É necessário compreender que historicamente muitos processos educativos têm sido caracterizados por uma educação sexista, os quais privilegiavam os homens com reforço às práticas da sociedade patriarcal. Com a luta do Movimento Feminista, em todas as suas vertentes, houve um esforço e ainda há, para o empoderamento das mulheres. Todavia, outro grupo emergiu tão ou mais fragilizado, que as mulheres nos espaços sociais, dentre eles, a escola: Crianças, jovens, adultos que apresentam maneiras de ser que fogem ao que a sociedade ocidental burguesa determinou como ser: “Masculino” ou “Feminino”, de modo que é necessário desconstruir o paradigma da lógica binária, aristotélico-tomista, do terceiro excluído, que tende a levar quem não se “enquadra” na mesma, à exclusão, rejeição, baixa autoestima e marginalidade escolar. (LIMA, 2020, p. 60).

Conforme foi apresentado é possível compreender questões importantes sobre a conceituação de gênero e sexualidade e como esses se dão no meio social. Não somente

isso, como passa-se a observar as considerações históricas e sociais do ser humano e como se constroem, não se detendo somente a isso, mas na reprodução massiva de conceitos errôneos e de carácter dominante. É importante não somente debater sobre essas questões, mas visualizar o impacto social que as amarras presentes até a atualidade têm sobre diversos fatores sociais e culturais, para assim desconstruir essa concepção de “natural”, “correto” e “concreto” sobre as relações humanas.

Socialmente ou individualmente, há uma gama de subjetividade e peculiaridades que muitas vezes não pode contemplada por um rótulo social, sendo assim preciso, compreender a flexibilidade das noções culturais, a transformação social que ocorre é que é constante, trazendo a dualidade, flexibilidade, mutabilidade da própria natureza humana.

Políticas educacionais e diversidade

A temática vem ao longo da história passando por inúmeros avanços e retrocessos que afetam significativamente o conceito de entender a individualidade humana e como a mesma se integra num campo social. A produção de conhecimento e de auto reconhecimento, vem trazendo, nesse cenário de sociedade moderna, a escola como patrono de ideias que exemplificam a sociedade em como está constituída.

E os processos ao longo da história vem trazendo justamente ramificações que atuem como novos modos de reproduzir conhecimentos. Sendo assim, um ambiente de formação que corroborem com uma concepção de mundo onde aja consciência social e de classe e que os valores sejam transmitidos valorizando a diversidade cultural e a criticidade de sujeitos ativos e pensantes.

O sistema educacional brasileiro é um espaço rico para análises em diversas temáticas, ao longo dos últimos séculos, quanto maior a liberdade e oportunidade de entender os mecanismos de uma sociedade mais é possível fazer para que a rede de ensino se transforme e atenda as demandas sociais a qual eram propostas.

Isso se exemplifica nas mais diversas inovações e investimentos em projetos educacionais, justamente pelo fato da crescente necessidade de um novo olhar, onde a

diversidade seja inerente ao ensino e a desigualdade um fator cada vez menor em escala social. Conforme Catrinck, Magalhães e Cardoso (2020) afirmam que devido ao processo de democratização, desde os anos 80, muitas lutas pressionaram, ainda que de forma sutil, uma forma progressiva, questões relacionadas às desigualdades, assim como as questões de gênero e sexualidade como pauta na agenda governamental. Essas por suavemente, saíram de demandas isoladas, ainda que marginalizadas, e abriram espaço em discussões em espaços educacionais.

Esse marco das lutas sociais abrangeu de forma significativa conforme Domingos (2016, p. 121) já que o Estado assumiu o compromisso em promover o bem comum e assegurar os direitos sociais, como a educação escolar pública, gratuita, de qualidade e com gestão democrática. E isso se estendeu em ações que resultaram em:

A agenda governamental buscou a implantação de políticas públicas como o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), o Programa Brasil sem Homofobia e a criação da Secretaria de Educação Continuada, Políticas públicas educacionais de gênero e diversidade sexual: avanços e retrocessos 190 Rev. FAEEBA –Ed. e Contemp., Salvador, v. 29, n. 58, p. 187-200, abr./jun. 2020 Alfabetização e Diversidade (SECAD), ações que entendemos como marco primordial na propulsão de políticas sobre diversidade sexual e gênero no campo educacional. (CATRINCK; MAGALHÃES; CARDOSO, p. 189, 2020).

O Programa Nacional de Direitos Humanos é um dos documentos que procurou regulamentar a defensoria de direitos, incluindo propostas de ações governamentais. Já que, com o passar dos anos a inquietação sobre os problemas relacionados a discriminação dos mais diversos tipos.

Ao atrelar essa necessidade de se inserir medidas, atos e implementações que corroborem com uma sociedade mais justa e aberta a diversidade. Sendo o PNDH o primeiro documento a abordar de forma explícita o termo homossexuais. Catrinck, Magalhães e Cardoso (2020) ainda agregam a importância do direito a vida e não somente isso, mas a garantia de se poder viver em liberdade, usufruindo dos direitos e deveres sociais que por muito, era ignorado. Tal qual, se mostra ao citar seus objetivos:

5. Apoiar programas para prevenir a violência contra grupos em situação mais vulnerável, caso de crianças e adolescentes, idosos, mulheres, negros, indígenas, migrantes, trabalhadores sem-terra e homossexuais. [...]. Propor legislação proibindo todo tipo de discriminação, com base em origem, raça, etnia, sexo, idade, credo religioso, convicção política ou orientação sexual, e revogando normas discriminatórias na legislação infraconstitucional, de forma a reforçar e consolidar a proibição de práticas discriminatórias existente na legislação constitucional. (BRASIL, 1996).

No que diz respeito à educação o PNDH II orienta que, em relação à formação de professores, é preciso incentivar, além de proporcionar compreensão e a consciência ética, essa que por sua vez, dá voz e visibilidade a das diferenças individuais e problematiza os estereótipos depreciativos em relação aos gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e bissexuais, conforme, bem como incentivar programas de orientação familiar que desvincule uma imagem pejorativa e sexualidade da educação sexual, além de inserir o ambiente escolar como locutor para a resolução de conflitos relacionados à livre orientação sexual, com o objetivo de prevenir atitudes hostis e violentas.

Conforme Catrinck, Magalhães e Cardoso (2020) apresentam o PNE (2014-2020) e o Plano Estadual de Educação (PEE) como cenário surpresa shows conservadores no Congresso Nacional, com destaque para A bancada fundamentalista cristã, que buscava qualquer reivindicação ou estratégia que inclui temas relacionados a gênero e gênero nesse texto. Considerando a seguinte nota;

A ideologia de gênero subverte o conceito de família, que tem seu fundamento na união estável entre homem e mulher, ensinando que a união homossexual é igualmente núcleo fundante da instituição familiar. As consequências da introdução dessa ideologia na prática pedagógica das escolas contradizem frontalmente a configuração antropológica de família, fundamento insubstituível para a construção da sociedade. (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 2015).

Conforme os autores abordam em sua obra, fica claro que os avanços sociais, que foram conquistados em decorrência a lutas e manifestações, além de estudos e vertentes

que corroboram com a expressão e liberdade de direitos, se encontroutrocedendo e consequentemente, discursos voltados para o conservadorismo, além de amarras sociais que não englobam uma sociedade multicultural, além de um ensino com uma pluralidade de ideias fica defasado e consequentemente, afetado. Carreira traz o seguinte trecho:

No contexto geral de fortalecimento do conservadorismo no país, a entrada da cúpula da Igreja Católica com maior protagonismo no processo dos planos municipais e estaduais de educação pode ser lida como mais um capítulo da disputa por hegemonia religiosa no país como campo evangélico, visando a um eleitorado mais conservador em plena ascensão. Essa disputa por protagonismo diante de uma atuação evangélica de destaque em várias frentes conservadoras no Congresso Nacional, na qual se inclui o veto presidencial ao kit Escola sem Homofobia em 2011, representa um grande marco. Esse fato contribuiu para o fortalecimento de vários parlamentares evangélicos no Congresso Nacional. (CARREIRA, p. 375, 2015).

O discurso conservador que se propaga, com o intuito de defender valores morais, construídos com base em uma religião específica, carrega em seu desenvolvimento, o ar exclusivo de dogmas que não consideram a realidade multifacetada que uma sociedade plural e diversificada apresenta. A matriz da religião que rege o país se classifica ainda com base no teor colonizador-colonizado onde a opressão é a principal arma de controle. Na meta 8, do PEE, vemos:

Proceder a análise sistemática dos programas do livro didático disponibilizados pelo Ministério da Educação, observando, entre outros critérios, a adequada abordagem das questões de gênero, etnia, cultura, natureza, sociedade, rejeitando textos discriminatórios ou que reproduzam estereótipos acerca do papel da mulher, do negro, dos quilombolas, do índio e do idoso, a partir da vigência deste Plano. (PEE/AM, p. 27. 2008).

O sistema brasileiro, em seu sentido mais amplo carrega ao longo da história o martírio de repetir os padrões ao longo dos séculos de neutralizar o que é considerável aceitável para a parcela da população que detém o poder aquisitivo ou características dessa parte da população. Por isso, Catrinck, Magalhães e Cardoso (2020) concordam que as mudanças nessa situação só podem acontecer se o sistema educacional oferecer

condições para que a escola se torne uma plataforma de crítica e mudança social. Para que os alunos se tornem agentes dessa mudança e se libertem, questões que ameaçam reduzir direitos, dificultam as liberdades civis e atropelam a democracia devem ser discutidas ampla e criticamente. Só assim teremos educação transformadora e políticas sociais que se prestam a atender para sempre as necessidades da sociedade, via de regra; e não temporariamente, como governos partidários.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também é responsável por pequenas aberturas para a inserção dos debates acerca de gênero e sexualidade. Sendo um documento normativo das redes de ensino público ou privado, a BNCC é uma referência obrigatória para a construção dos currículos, agindo desde a educação infantil até o ensino médio. Tal documento trabalha com questões devidamente separadas por etapa a fim de construir um currículo educacional que garanta que o aluno tenha o pleno desenvolvimento, como vemos num trecho da BNCC:

Pretende-se que os estudantes, ao terminarem o Ensino Fundamental, estejam aptos a compreender a organização e o funcionamento de seu corpo, assim como a interpretar as modificações físicas e emocionais que acompanham a adolescência e a reconhecer o impacto que elas podem ter na autoestima e na segurança de seu próprio corpo. É também fundamental que tenham condições de assumir o protagonismo na escolha de posicionamentos que representem autocuidado com seu corpo e respeito com o corpo do outro, na perspectiva do cuidado integral à saúde física, mental, sexual e reprodutiva. Além disso, os estudantes devem ser capazes de compreender o papel do Estado e das políticas públicas (campanhas de vacinação, programas de atendimento à saúde da família e da comunidade, investimento em pesquisa, campanhas de esclarecimento sobre doenças e vetores, entre outros) no desenvolvimento de condições propícias à saúde (BRASIL, 1997, p. 327).

O discurso utilizado no trecho acima, demonstra claramente uma abertura para explanação dos debates que não focalizam somente no indivíduo biologicamente categorizado. Ao trazer que os alunos devem compreender as mudanças físicas e emocionais que ocorrem no seu corpo, muito se fala das questões biológicas pré-estabelecidas como únicas, sem analisar de fato as demais competências que circulam tal

formação. A interpretação, comumente tida, leva tais questões a afazeres puramente científicos que não englobam saberes que saiam do que é estipulado. Conseqüentemente o que vem posterior a isso é a falha na próxima fala do que a BNCC espera que seja o respeito, segurança e autoestima com o próprio corpo e o do outro.

É válido ressaltar que todo o processo de ensino e aprendizagem é algo gradual e contínuo que se completa com o passar das etapas utilizadas pelas escolas, à separação da educação infantil, do ensino fundamental e médio também traz questionamentos acerca de tais debates, já que ao analisar a BNCC, é possível ver as inserções dessas problemáticas, de maneira vaga e superficial vale ressaltar, em etapas mais avançadas, criando um vácuo que posteriormente será muito mais complexo de preencher. As considerações feitas do que se espera no ensino fundamental, poderia ser muito mais completo e significativo se desde a educação infantil fossem trabalhadas as questões de gênero e sexualidade, assim como a compreensão do corpo como além de fator biológico, já que as relações sociais trabalham com significâncias mais complexas do que a que estamos acostumados ver sendo trabalhado em sala de aula:

Além disso, à medida que se aproxima a conclusão do Ensino Fundamental, os alunos são capazes de estabelecer relações ainda mais profundas entre a ciência, a natureza, a tecnologia e a sociedade, o que significa lançar mão do conhecimento científico e tecnológico para compreender os fenômenos e conhecer o mundo, o ambiente, a dinâmica da natureza. Além disso, é fundamental que tenham condições de ser protagonistas na escolha de posicionamentos que valorizem as experiências pessoais e coletivas, e representem o autocuidado com seu corpo e o respeito com o do outro, na perspectiva do cuidado integral à saúde física, mental, sexual e reprodutiva. (BRASIL, 1997, p. 343).

A teoria que se aplica nas salas de aula, embora importantes, têm pouco impacto e são separadas da realidade na qual o aluno se encontra. Quando se trabalha em sala de aula conceitos que se limitam a uma única linha de pensamento e excluem as demais, quando se adentra num ambiente formado pela diversidade, há uma deficiência que exclui e discrimina determinados posicionamentos por simplesmente não os compreender de fato. Ao se posicionar a favor da formação de um indivíduo capaz de protagonizar

posicionamentos, como foi citado acima, que valorizem o outro e compreendam que é preciso haver o cuidado com a percepção individual que se pode ter, é necessário que se saia de uma caixa de ideias pré-estabelecidas que não dê conta tal formação.

Na disciplina de ciências para as turmas que ingressam no 8º ano do Ensino Fundamental se propõe na unidade temática ‘vida e evolução’ os objetos de conhecimento, mecanismos reprodutivos e sexualidade. Tal objeto de conhecimento se vincula às habilidades: (EF08CI09) Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST); (EF08CI08) Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso; (EF08CI11). No entanto, a polêmica que engloba tais discussões, mesmo que presentes na BNCC, comprometem essa unidade e causam um déficit na formação do indivíduo. A problemática que cerca a sexualidade humana não é uma coisa atual, mesmo que esteja presente desde o nascimento.

Considerações finais

Com base nos debates elaborados pode-se reiterar-se que os debates acerca de gênero e sexualidade, dentro de uma perspectiva feminista, carregam em seus *corpora* uma linha de desenvolvimento muito tênue que afeta de forma significativa o processo educacional e social como um todo. As políticas curriculares ainda têm diversos mecanismos que podem ser burlados ou ressignificados, mas que não necessariamente fortificam um debate sobre as problemáticas que envolvem as questões de gênero e sexualidade.

Ainda que dentro dos documentos analisados, a conceituação de gênero é construída sob diversos tramites sociais que limitam seu diálogo. A liberdade de ser quemé, e de expressão ainda é bastante pontuada, no entanto, o conhecimento sobre o diferente não é o foco principal. A exemplificação é evidente dentro do projeto apresentado sobre feminicídio, uma questão importante, fundamentada e que pode ser discorrida de forma

bastante significativa, mas que, no entanto, conta com uma realidade que ainda é normalizada, como a morte de milhares de mulheres.

Traz-se assim, a necessidade de compreender a realidade como ligada fortemente as questões intituladas como guias, nas normas sociais, compreender a CF, LDB, PCN's, PEE, como documentos normativos que baseiam nosso sistema educacional, mas ainda assim, os ligando, relacionando e ressignificando para a realidade, uma que tenha um olhar crítico, democrático e para todos.

Referências

- ALVES, B.M, Pintanguy, Jaqueline – O que é Feminismo- abril Cultura/Brasiliense - Coleção primeiros Passos 1981
- BEARZOTI, Paulo. **Sexualidade:** Um conceito psicanalítico freudiano. Av. Andraive Neves 784, conj. B-4 -13013-161 Campinas SP – 1993.
- BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 1988.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB.** 9394/1996. Brasília: Ministério da Educação, 1996.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental (1ª a 4ª séries).** Brasília: MEC/SEF, 10 volumes, 1997.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero:** Feminismo e subversão da identidade. 1ª ed. Riode Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARDOSO, Zilmar Santos. **Políticas públicas educacionais de gênero e diversidade sexual: avanços e retrocessos.** Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp., Salvador, v. 29, n. 58, p. 187-200, abr./jun. 2020.
- CATRINCK, Isabela Maria Oliveira; MAGALHÃES, Sandy Aparecida Barbosa; CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). Regional Sul 1 da CNBB. Nota do Regional Sul 1/CNBB sobre ideologia de gênero na educação. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.diocesedesantos.com.br/nota-do-regional-sul1cnbb-sobre-ideologia-de-genero-na-educacao/>. Acesso em: 29 jun. 2022.
- CARREIRA, Denise. Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas

educacionais. São Paulo: Ação Educativa/Cladem/ Ecos/Gelédes/Fundação Carlos Chagas, 2015.

GROSSI, Miriam. Gênero, violência e sofrimento. **Cadernos Primeira Mão**. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1995.

HOLSTI, O. R. Content Analysis for the Social Sciences and Humanities. **Reading, Massachusetts**: Addison-Wesley, 1969.

KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: HIRATA, H. et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo** São Paulo: UNESP, 2009.

LIMA, W. S.; MEGLHIORATTI, F. A.; JUSTINA, L. A. D. A Sexualidade no ambiente escolar: regulamentações e orientações nacionais. In: SOARES, A. S. F.; MARTELLI,

A. C.; GARCIA, D. A. (Org.). **Olhares às sexualidades e aos gêneros**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019. p. 95-120.

LIMA, R.A. Pedagogia feminista e currículo escolar. **Open Minds Internacional Jornal**. São Paulo, vol. 1, n.2: p. 58-67, Mai, jun., jul., ago./2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação & Realidade**, 20(2):101-132. 1995.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas, São Paulo: EPU, 1986.

MIGUEL, Luís Felipe. **Feminismo e política**: uma introdução/ Luís Felipe Miguel, Flávia Biroli-1. ed. São Paulo: Boitempo, 214.

MEYER, Dagmar. Gênero e Educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes.; NECKEL, Jane. Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Org.) **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na Educação. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 9-27.

OLIVEIRA, Leidiane; SANTOS, Mara de Moraes dos. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 13n. 1 p. 11-19 jan. /Jun. 2010.

REY, Fernando González. Pesquisa **Qualitativa e Subjetividades**: os processos de desconstrução da informação. São Paulo: Pioneira, 2005.

ROLNIK, S. Guerra dos gêneros & guerra aos gêneros. **Revista Estudos feministas**, v.4, n. 1, p. 118-123, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. In:

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). **Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, Vozes, 2007, p 73 a 102.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. - 3. ed.; 10. reimp. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

VIANNA, Claudia Pereira; UNBERHAUM, Sandra. **O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002**. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004.

Recebido: 05/11/2022. Aceito: 05/12/2022. Publicado: 01/01/2023.

Autores:

Rozane Alonso Alves. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutora em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco. Atua como docente na Universidade Federal do Amazonas. Conta com experiências na área da Educação, com ênfase na Educação Infantil, Múltiplas Infâncias, Interculturalidade. Atua também em discursões na área de Currículo, Avaliação, Didática, Políticas e Legislação.

Email rozanealonso@ufam.edu.br.

País: Brasil

Karoline Ribeiro Rabelo. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas. Atualmente professora da Secretaria Municipal de Educação de Humaitá – AM.

Email: karolrabello@gmail.com..

País: Brasil